



## **CRTR/ES**

**Conselho Regional de Técnicos em Radiologia – 13ª Região**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DOS  
CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2016**

Vitória/ES, 09 de Junho de 2017.

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA – 13ª REGIÃO/ES

Administração Regional do Espírito Santo - CNPJ(MF) 39.353.206/0001-30

Endereço: Av. Jerônimo Monteiro, 240 – Edif. Rural Bandk - Salas 1809-1810 – Centro

CEP: 29010-002 – Vitória - ES

Att. Diretor Presidente

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo CRT/R/ES acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2016, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 80%x20%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças à Independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no item "3.4" do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2017, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para atestar, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira  
Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - 13ª Região/ES



CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 13ª REGIÃO – CRTR/ES  
RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA  
ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO CONTROLES INTERNOS E  
ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar à administração do Conselho Regional de Técnicos De Radiologia 13ª Região – CRTR/ES, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia nos mês de Junho de 2017, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observado rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 e 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo; procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento, ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

## 1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

### 1.2.1 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

### 1.2.2 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando a promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

### 1.2.3 ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

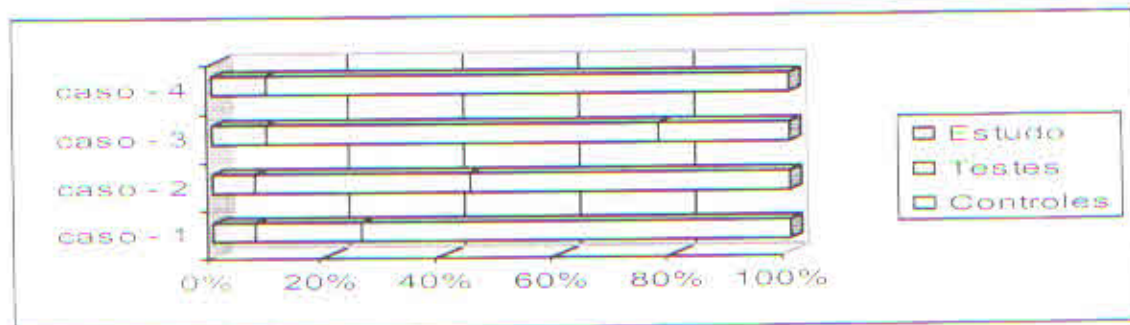
Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando a racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.



#### 1.2.4 AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

#### GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos, menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

#### 1.2.5 TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

##### ⇒ Testes de Observância:

Os testes de observância visam a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

##### ⇒ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.



### 1.2.6 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2016 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior importância operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma detalhada a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

ATIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		R\$31.361,85	6,63%	R\$25.302,21	5,84%	6.059,64	23,95%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$13.958,19	2,95%	R\$15.464,79	3,57%	(1.506,60)	(9,74%)
DEBITOS A CURTO PRAZO		R\$6.603,63	1,90%	R\$0,00	0,00%	6.603,63	100,00%
DEBITOS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		R\$10.800,03	2,25%	R\$9.837,42	2,27%	962,61	9,75%
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		R\$441.488,48	93,37%	R\$408.254,14	94,16%	33.234,34	8,14%
DEBITOS A LONGO PRAZO		R\$381.220,51	80,62%	R\$297.117,41	68,53%	84.103,10	28,31%
IMOBILIZADO		R\$50.267,97	12,75%	R\$111.136,72	25,03%	(60.868,75)	(48,77%)
IMOBILIZAVEL		R\$114.433,07	24,20%	R\$139.322,16	32,13%	(24.889,09)	(17,85%)
IMOBILIZAVEL		R\$9.950,00	2,10%	R\$9.950,00	2,29%	0,00	0,00%
DEPRECAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		R\$41.646,10	3,31%	R\$15.666,44	3,61%	25.979,66	165,83%
<b>TOTAL</b>		<b>R\$472.850,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$433.556,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.293,98</b>	<b>9,06%</b>

PASSIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		R\$77.127,88	16,31%	R\$70.554,49	16,27%	6.573,39	9,32%
DEBITOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS		R\$5.638,29	0,77%	R\$508,92	0,12%	5.129,37	604,57%
FORNEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		R\$553,60	0,12%	R\$0,00	0,00%	553,60	100,00%
DEBITOS FISCAIS A CURTO PRAZO		R\$1.023,64	0,22%	R\$2.264,07	0,52%	(1.240,43)	(55,23%)
DEBITOS DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES		R\$47.455,02	10,08%	R\$47.788,39	11,02%	(333,37)	(0,70%)
DEBITOS A CURTO PRAZO		R\$11.684,46	2,47%	R\$2.000,73	0,46%	9.683,73	483,57%
TÍTULOS E OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		R\$13.697,07	2,90%	R\$17.064,35	4,14%	(3.367,28)	(19,73%)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>R\$77.127,88</b>	<b>16,31%</b>	<b>R\$70.554,49</b>	<b>16,27%</b>	<b>6.573,39</b>	<b>9,32%</b>
Patrimônio Social e Capital Social		R\$395.722,45	83,69%	R\$363.001,86	83,73%	32.720,59	9,01%
Reservas Acumuladas		R\$395.722,45	83,69%	R\$363.001,86	83,73%	32.720,59	9,01%
Reserva de Reserva Deficit do Exercício Corrente		R\$52.720,59	6,92%	R\$1.472,25	0,34%	51.248,34	3477,85%
Reserva ou Deficit do Exercício Anterior		R\$363.001,86	76,77%	R\$361.529,21	83,39%	1.472,65	0,41%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>R\$395.722,45</b>	<b>83,69%</b>	<b>R\$363.001,86</b>	<b>83,73%</b>	<b>32.720,59</b>	<b>9,01%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>R\$472.850,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$433.556,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.293,98</b>	<b>9,06%</b>

#### 1.2.6.1 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de 9,06% verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de R\$ 39.293,98, ocorrida entre os exercícios de 2016 e 2015 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame.





Neste sentido percebe-se com razoável facilidade que os principais grupos do Balanço apresentaram a seguinte variação no período:

ATIVO	VARIAÇÃO 2015x2016	Risco por Relevância Horizontal
Especificação	A/H	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>23,95%</b>	<b>ALTO</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-9,74%	BAIXO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00%	INEXISTENTE
DEBITOS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	9,79%	BAIXO
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>8,14%</b>	<b>BAIXO</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	28,31%	ALTO
IMOBILIZADO	+45,77%	ALTO
BENS MÓVEIS	-17,85%	RELATIVO
BENS IMÓVEIS	0,00%	INEXISTENTE
DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	165,83%	ALTO
<b>TOTAL</b>	<b>9,06%</b>	<b>BAIXO</b>

PASSIVO	VARIAÇÃO 2015x2016	Risco por Relevância Horizontal
Especificação	A/H	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>0,093167565</b>	<b>BAIXO</b>
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	614,00%	ALTO
FORNecedores E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00%	INEXISTENTE
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-55,38%	ALTO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	+0,27%	BAIXO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	483,01%	ALTO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-23,75%	ALTO
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9,32%</b>	<b>BAIXO</b>
Patrimônio Social e Capital Social	9,01%	BAIXO
Resultados Acumulados	9,01%	BAIXO
Superávit ou Déficit do Exercício Corrente	-2121,89%	ALTO
Superávit ou Déficit do Exercício Anterior	0,41%	BAIXO
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9,01%</b>	<b>BAIXO</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9,06%</b>	<b>BAIXO</b>

### 1.2.6.2 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Essa análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo; nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVO	SALDOS	Risco por Relevância Vertical
Especificação	A/V	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6,63%</b>	<b>BAIXO</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2,95%	BAIXO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1,40%	BAIXO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2,28%	BAIXO
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>93,37%</b>	<b>ALTO</b>
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	80,62%	ALTO
IMOBILIZADO	12,75%	RELATIVO
BENS MÓVEIS	24,80%	ALTO
BENS MÓVEIS	21,09%	BAIXO
DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	3,31%	BAIXO
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>ALTO</b>

PASSIVO	SALDOS	Risco por Relevância Vertical
Especificação	A/V	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>16,31%</b>	<b>RELATIVO</b>
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. DEVIDÁRIAS E ASSISTÊNCIAS	0,77%	BAIXO
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,12%	BAIXO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,22%	BAIXO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	10,08%	RELATIVO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	2,47%	BAIXO
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2,90%	BAIXO
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>16,31%</b>	<b>RELATIVO</b>
Patrimônio Social e Capital Social	83,69%	ALTO
Resultados Acumulados	83,69%	ALTO
Superávits ou Déficits do Exercício Corrente	6,92%	BAIXO
Superávits ou Déficits do Exercício Anterior	76,77%	ALTO
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>83,69%</b>	<b>ALTO</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>ALTO</b>

### 1.2.6.3 MATRIZ DE RISCO PONDERADA

Da exegese dos dados apresentados nas análises supracitadas, temos informações essenciais para a ponderação do chamado risco relativo de auditoria, no qual se percebe a seguinte posição:

ATIVO	Risco por Relevância Horizontal	Risco por Relevância Vertical
Especificação		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>ALTO</b>	<b>BAIXO</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	BAIXO	BAIXO
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	INEXISTENTE	BAIXO
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	BAIXO	BAIXO
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>BAIXO</b>	<b>ALTO</b>
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	ALTO	ALTO
IMOBILIZADO	ALTO	RELATIVO
BENS MÓVEIS	RELATIVO	ALTO
BENS MÓVEIS	INEXISTENTE	BAIXO
DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	ALTO	BAIXO
<b>TOTAL</b>	<b>BAIXO</b>	<b>ALTO</b>



PASSIVO	Risco por Relevância Horizontal	Risco por Relevância Vertical
Especificação		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>BAIXO</b>	<b>RELATIVO</b>
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	ALTO	BAIXO
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	INEXISTENTE	BAIXO
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	BAIXO	RELATIVO
PROVISÕES A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
DEMÁS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	ALTO	BAIXO
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>BAIXO</b>	<b>RELATIVO</b>
Patrimônio Social e Capital Social	BAIXO	ALTO
Resultados Acumulados	BAIXO	ALTO
Superávits ou Déficits do Exercício Corrente	ALTO	BAIXO
Superávits ou Déficits do Exercício Anterior	BAIXO	ALTO
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>BAIXO</b>	<b>ALTO</b>
<b>TOTAL</b>	<b>BAIXO</b>	<b>ALTO</b>

A partir dessa Matriz de Risco é que efetuamos todo o planejamento do trabalho, procedendo ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, analisando sua eficiência e efetividade, para que com base no grau de credibilidade atribuído em cada situação, possamos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade da população amostral para aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados e aderentes a cada caso.

## 2 ASPECTOS CONTÁBEIS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

Atendendo ao Termo de Referência vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2017, adaptamos nosso Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim.

### 3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

#### 3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **6,63%** do saldo total do ativo recebendo atribuído de "baixo risco" sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 6.059,64** equivalentes a **23,95%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um "alto risco" do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$31.361,85</b>	<b>6,63%</b>	<b>R\$25.302,21</b>	<b>5,84%</b>	<b>6.059,64</b>	<b>23,95%</b>
Ativo Circulante em Entes de Caixa	R\$13.958,10	2,05%	R\$15.484,78	3,57%	1.506,68	9,74%
Ativo Circulante a Curto Prazo	R\$6.603,63	1,40%	R\$6,00	0,00%	R\$6.603,63	0,00%
Ativo Circulante em Valores a Curto Prazo	R\$10.800,00	2,28%	R\$9.817,42	2,27%	982,58	9,99%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$441.488,48</b>	<b>93,37%</b>	<b>R\$408.254,14</b>	<b>94,16%</b>	<b>33.234,34</b>	<b>8,14%</b>

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

### 3.1.1. DISPONÍVEL

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente 2,95% do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período:

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

ATIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R\$13.958,19	2,95%	R\$15.464,79	3,57%	-1.506,60	-9,74%

#### ✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a Instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre a emissão e saque e cheques, os de recebimentos avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

O saldo apresentado refere-se as "Aplicações de Liquidez Imediata" que são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (deposito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária (aplicado no Banco do Brasil, conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### ✓ Procedimentos de Auditoria

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil. Não procedemos a circularização dos saldos bancários porque entendemos que a consulta on-line aos extratos da movimentação efetuada direto nos "sítios" dos bancos, e retroagindo nossa análise até 31/12/2016, inclusive imprimindo a última folha do extrato na qual consta o saldo bancário registrado no balanço patrimonial como também a data de nossa consulta no rodapé da página, é muito mais segura e eficaz como evidência probante de consulta direta de fonte externa, do que a antiga circularização/confirmação de saldo, a qual devido a exiguidade de tempo e do baixo índice de retorno de efetiva resposta, que a experiência anterior nos credenciava a considerar e assim aplicar este procedimento alternativo que julgamos muito apropriado nas atuais circunstâncias.



✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações de 31/12/2016 revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Disponível são consubstanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte dos fundos rotativos, e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos fôcados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

**3.1.2 CREDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO**

Este saldo representa **1,40%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 6.603,63** equivalentes a um aumento de **100%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registram importantes operações vinculadas à "Contribuições a Receber" e "Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física".

ATIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
CREDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 603,63	1,40%	R\$ 0,00	0,00%	603,63	100%
DEBITOS E CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 1.800,00	2,28%	R\$ 227,40	2,27%	962,60	423%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2016 e 2015, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas a Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Em face da representatividade dos valores apresentados, nota-se que em 2016 houve uma maior Governança das dívidas de responsabilidade de Terceiros, entidades públicas e privadas com o CRTR.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Creditos a Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos. Porém demonstram fragilidades, necessitando de aprimoramento, principalmente, na cobrança de tais valores. Enfatizamos a necessidade de que esses valores sejam quitados com maior brevidade possível, considerando a necessidade de Caixa do Conselho, para fazer jus aos seus compromissos.

### 3.1.3. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499, a convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **93,37%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 33.234,34** equivalentes a um percentual de **8,14%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco baixo na "matriz de risco" que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO Especificação	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$441.488,48	93,37%	R\$408.254,14	94,16%	33.234,34	8,14%
TEM DAVELH LONGO PRAZO	R\$381.220,91	80,60%	R\$297.117,42	68,53%	84.103,49	28,31%
IMOBILIZADO	R\$60.267,97	12,75%	R\$111.136,72	25,68%	(50.868,75)	(45,77%)
BENS IMOVEIS	R\$114.433,07	24,20%	R\$139.321,16	32,13%	(24.888,09)	(17,86%)
BENS MOVEIS	R\$9.350,00	2,10%	R\$9.850,00	2,29%	(500,00)	(5,00%)
DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	R\$36.564,90	8,21%	R\$19.665,56	4,61%	16.899,34	85,93%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$472.850,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$433.556,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.293,98</b>	<b>9,06%</b>

#### 3.1.3.1 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **12,75%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um decréscimo de **45,77%** das transações que compõem a variação negativa de **R\$ 50.868,75**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

#### ✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Autarquia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

## 4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

### 4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **16,31%** do saldo total do passivo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 6.573,39**, equivalentes a um aumento de aproximadamente **0,10%** em relação ao exercício anterior, comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.



Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016		
	Especificação	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	RS	A/H
PASSIVO CIRCULANTE		R\$77.127,88	16,31%	R\$70.554,49	16,27%	6.573,39	0,093167565
DEP. DE PASS. TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		R\$3.638,29	0,77%	R\$508,92	0,12%	3.129,37	152,92%
FORNECEDORES E CONTAS PAGAR A CURTO PRAZO		R\$553,60	0,12%	R\$0,00	0,00%	553,60	100,00%
DEP. FISCAIS A CURTO PRAZO		R\$1.077,64	0,22%	R\$7.334,07	3,56%	(6.256,43)	(85,32%)
DEP. DE OBRIG. DE REPARAÇÕES A OUTROS ENTES		R\$47.855,01	10,08%	R\$47.786,39	11,07%	68,62	0,14%
PROVISÕES A CURTO PRAZO		R\$11.664,96	2,37%	R\$2.000,13	0,49%	9.664,83	483,23%
DÍVIDAS DE FISCAL A CURTO PRAZO		R\$11.697,07	2,38%	R\$17.968,98	4,14%	(6.271,91)	(34,92%)

#### 4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRTR. Em 31/12/2016 essa conta apresenta um saldo de R\$ 3.638,29, que estava assim composto:

##### ✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS - GRF.

##### ✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

##### ✓ Opinião

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos finais dos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

#### 4.1.2 PROVISÕES

4.1.2.001 - PROVISÕES TRABALHISTAS	(2.000,00)	1.248,49	100,00%	1.248,49	100,00%
4.1.2.002 - PROVISÃO DE PERÍAS	(1.199,79)	831,15	100,00%	831,15	100,00%
4.1.2.003 - PROVISÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS	(99,76)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.1.2.004 - PROVISÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS	(75,07)	(122,72)	100,00%	(122,72)	100,00%
4.1.2.005 - PROVISÃO DE OUTROS BENEFÍCIOS	(28,17)	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.1.2.006 - PROVISÃO DE FÓRTE S/ 12º SALÁRIO	(90,08)	(1.75,00)	100,00%	(1.75,00)	100,00%
4.1.2.007 - PROVISÃO DE FÓRTE S/ 12º SALÁRIO	(12,61)	0,00	0,00%	0,00	0,00%

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de retenções na fonte pendentes de recolhimentos.

**4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido representa **83,69%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **9,06%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO	SALDOS				VARIÇÃO 2015x2016	
	Exercício Atual	A/V	Exercício Anterior	A/V	R\$	A/H
Patrimônio Social e Capital Social	R\$395.722,45	83,69%	R\$363.001,86	83,73%	32.720,59	9,02%
Reservas Acumuladas	R\$395.722,45	83,69%	R\$363.001,86	83,73%	32.720,59	9,02%
Suplêvit ou Déficit do Exercício Corrente	R\$32.720,99	8,92%	R\$1.472,65	0,34%	31.248,34	2124,26%
Suplêvit ou Déficit do Exercício Anterior	R\$363.001,86	76,77%	R\$361.529,21	83,39%	1.472,65	0,41%
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$395.722,45</b>	<b>83,69%</b>	<b>R\$363.001,86</b>	<b>83,73%</b>	<b>32.720,59</b>	<b>9,02%</b>

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade e a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

**5. SUPRIMENTO DE FUNDOS**

**Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.**

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam seguir o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de processo licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CRTR e a correta prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ **Observância dos Prazos:**  
*Obs.: Sem inconformidades*
- ✓ **Análise dos Comprovantes:**  
*Obs.: Sem inconformidades*
- ✓ **Análise das Formalidades:**  
*Obs.: Sem inconformidades*



## 5.1 ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

- os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
- deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
- deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos (recibos) ou do órgão a que o mesmo pertencer (CRTR);
- deverão ainda constar obrigatoriamente:

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior a data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;**

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

### ✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2016.

### ✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes a contabilização, apresentação e discriminação observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada, parabenizamos o Regional pelos procedimentos adotados na comprovação das despesas.

- Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa deverão constar, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.
- Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não poderão conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.

- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa serão apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CRTR) ou do responsável pelo suprimento (recibos).

## 6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

### ✓ Órgãos Colegiados

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

### ✓ Opinião

Procedemos ao minudente exame dos diplomas legais pertinentes à criação, estruturação e funcionamento da Autarquia, atentando para a observância dos principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge à nossa competência, de tal modo que restringimo-nos a matéria exclusivamente contábil.

## 7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

### ✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o previo estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais oportuna, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal:

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- ✓ Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- ✓ PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ✓ PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambiental;
- ✓ PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário;



✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do CRTB, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

## 8. LICITAÇÕES E CONTRATOS

### Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, sob citamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2016, para com base em critérios estatísticos, estratificamos aqueles que foram objetos da amostra, em proporções.

✓ **Procedimentos Específicos**

Atendendo aos itens do Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2017, aplicamos procedimentos específicos com vistas avaliar os seguintes processos/procedimentos/atividades supramencionados além de analisar processos de licitação efetuados por comissão especial, de tomada de contas especiais ou sindicâncias e os consequentes inquéritos administrativos quando existentes.

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada pelo setor de Licitações e Contratos nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo CRTB no que diz respeito aos processos licitatórios, como de acordo com a legislação vigente.

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da Autarquia, já que as atividades desenvolvidas são consubstanciadas por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

## 09. CONCLUSÃO

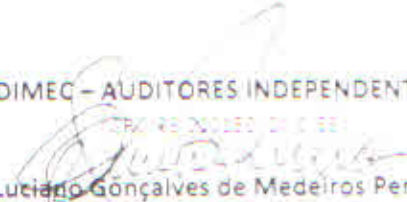
O presente relatório, composto de 18 (dezoito) páginas escritas e anexas, cuja leitura destina-se exclusivamente à finalidade de fins fiscais, tendo por finalidade informar a Administração do CRTR/ES – 13ª REGIÃO acerca dos aspectos inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e também a ser arquivado em arquivo próprio.

Visto e assinado pelo(a) signatário(a)



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CPA Nº 000150-0/0-001

  
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 S/ES  
Especialista

  
Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 S/ES

  
Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 000001/O-0 S/ES